

Collor investe contra incentivos fiscais

O presidente quer apoio dos governadores para aprovar essa e outras medidas que reduzam o déficit público

JOSIAS DE SOUZA

Diretor-executivo da Sucursal de Brasília

e **VALDO CRUZ**

Secretário de Redação da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Collor de Mello vai pedir aos governadores de Estados apoio para acabar com todos os incentivos fiscais e com algumas vinculações entre receitas e despesas previstas no Orçamento Geral da União. Essas são algumas das medidas que o governo federal considera essenciais para eliminar o déficit público e baixar a inflação.

Para viabilizar as mudanças, Collor terá que ir atrás do respaldo político porque elas precisam ser feitas através de emendas na Constituição. Não será uma tarefa fácil. São dois assuntos polêmicos

que contam com a resistência de alguns setores. Além disso, o quórum para aprovar emendas é alto: três quintos dos membros da Câmara e do Senado.

Os governadores do Norte e Nordeste, por exemplo, não vêem com bons olhos o fim dos incentivos fiscais. O governo Collor chegou a suspender dois tipos de incentivos para essas regiões, o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), recuando por pressões políticas.

A equipe econômica quer o fim dos incentivos porque eles representam uma perda elevada de receita, contribuindo para o déficit público — gastos acima da arrecadação. Dados da Receita Federal indicam que neste ano o

governo deixará de arrecadar mais de Cr\$ 570 bilhões em função dos incentivos fiscais.

A eliminação de algumas vinculações entre receitas e despesas, previstas na Constituição, conta com a resistência principalmente de políticos de esquerda. Eles costumam acusar o governo de desviar recursos da Previdência, por exemplo, para cobrir rombos do caixa do Tesouro Nacional. Pela Constituição, todas as contribuições previdenciárias têm que ser destinadas obrigatoriamente para o pagar benefícios da Previdência.

Entre as vinculações de receitas que o governo quer acabar estão as da Previdência Social e as do PIS/Pasep. Essas receitas têm de ser aplicadas no Fundo de Ampa-

ro ao Trabalhador (FAT), responsável pelo pagamento do seguro-desemprego. A ex-ministra Zélia Cardoso de Mello chegou a desviar recursos do FAT para outras áreas, mas foi obrigada a voltar atrás depois de denúncias feitas pelo PT.

Para convencer o Congresso, a equipe econômica pretende argumentar que as sobras de caixa da Previdência e do FAT, por exemplo, poderiam ser aplicadas em outros projetos sociais considerados prioritários, o que é proibido pela Constituição.

Outra emenda constitucional polêmica que está sendo estudada pelo governo é a que acaba com a autonomia financeira do Legislativo e do Judiciário, criada com o argumento de garantir a indepen-

dência destes poderes em relação ao Executivo. Dificilmente os congressistas vão aprovar uma emenda desse tipo, que os deixam dependentes em termos financeiros do Executivo.

Ao todo, Collor pretende apresentar ao Congresso cerca de 30 emendas constitucionais, que considera fundamentais para devolver ao governo as condições para estabilizar a economia.

Entre essas mudanças está, também, o fim da estabilidade no emprego dos funcionários públicos. Nesse ponto, o governo acredita que contará com um apoio irrestrito dos governadores, porque eles enfrentam o mesmo problema em seus Estados: são impedidos pela Constituição de demitir a maior parte de seus servidores.

Projeto revê questão agrária

Da Sucursal do Rio

O ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, disse ontem que, em dez dias, o presidente Collor enviará ao Congresso projeto que regulamenta a nova Constituição na questão agrária, criando "um novo Estatuto da Terra" para acelerar desapropriações e assentamentos, mudando prazos para os donos de áreas desapropriadas recorrerem à Justiça.